



LEI Nº 2.471, DE 25 DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas mineradoras do Município de Brumadinho informarem ao Poder Executivo Municipal o tempo de vida útil de exploração/exploração da mina, bem como eventuais paralisações de suas atividades e desligamento de mão de obra em grande escala, e dá outras providências.

O Povo do Município de Brumadinho, por seus representantes aprovou e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica determinado às empresas mineradoras instaladas no Município de Brumadinho a obrigatoriedade de informar ao Poder Executivo Municipal o tempo de vida útil de exploração/exploração de suas respectivas minas, bem como eventuais paralisações de suas atividades e desligamento de mão de obra em grande escala.

§ 1º Entende-se como paralisações de suas atividades a suspensão temporária superior a 20 (vinte) dias, ou definitiva, da exploração/exploração, beneficiamento, industrialização e/ou comercialização de recursos minerais, em virtude de oscilações do mercado e decisões internas da empresa.

§ 2º - Fica caracterizado como desligamento em grande escala as demissões realizadas acima de 50 (cinquenta) funcionários ou correspondente a um desligamento de mais de 20% (vinte por cento) do seu quadro total de funcionários no período de um ano.

Art. 2º Ficam estabelecidos prazos para as empresas mineradoras prestarem as seguintes informações ao Poder Executivo, respectivamente:

- I. Para o tempo de vida útil das minas: Quando do próximo requerimento de renovação da licença de localização e funcionamento, com cópia do respectivo Plano de Aproveitamento Econômico – PAE, atualizado;

Camara Mun Brumadinho - 02/12/2019-14:52-00558-2/2



- II. Para as paralisações: No mínimo de 06 (seis) meses antes da data estimada para a paralisação;
- III. Para desligamento em grande escala: No ato da comunicação da rescisão aos funcionários.

Parágrafo único. Qualquer alteração quanto ao tempo de vida útil estimado da mina, bem como eventuais alterações no Plano de Aproveitamento Econômico – PAE, deverá ser imediatamente informada ao Município, acompanhada de respectiva documentação.

Art. 3º Diante do comunicado de paralisações e desligamentos em grande escala, as empresas envidarão esforços junto ao município de Brumadinho em busca de alternativas econômicas e sociais, através da apresentação de um plano de ação integrado, para minimizar o impacto dessas ações no Município.

Art. 4º As empresas mineradoras devidamente cadastradas e em atuação no território do Município de Brumadinho, deverão apresentar, no prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados da data de entrada dessa Lei em vigor, por ocasião da renovação da licença de localização e funcionamento do plano, para o fechamento definitivo da mina, do qual constará uma proposta para utilização econômica da área minerada, bem como o cronograma desta sua implantação.

Art. 5º As informações deverão ser encaminhadas para a Secretaria Municipal de Fazenda, mediante protocolo na Prefeitura, devendo obrigatoriamente tais informações serem publicadas no Portal da Transparência e no DOM – Diário Oficial do Município, concomitantemente.

Art. 6º O descumprimento desta Lei por parte das empresas mineradoras acarretará a aplicação das seguintes penalidades:

- I. Advertência formal pela não apresentação das informações e documentos no prazo correto;
- II. Valor correspondente a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), pelo atraso/não apresentação das informações e documentos, no prazo superior a 30 (trinta) e inferior a 60 (sessenta) dias após a notificação;



- III. Valor correspondente a R\$80.000,00 (oitenta mil reais), pelo atraso/não apresentação das informações e documentos, no prazo superior a 60 (sessenta) dias após a notificação;
- IV. Cassação do Alvará de Funcionamento e não renovação em caso da não apresentação da informação, 90 (noventa) dias após a notificação.

Parágrafo único. O valor arrecadado referente às multas previstas neste artigo será destinado aos cofres públicos para infraestrutura do Município.

Art. 7º O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias após sua publicação.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brumadinho, em 25 de abril de 2019.


Avimar de Melo Barcelos
Prefeito Municipal

